ÍNDICE

Abreviaturas e siglas utilizadas 9
Introdução – A crescente importância do Direito Internacional Econômico..... 35

CAPÍTULO 1

OBJETO DO DIREITO INTERNACIONAL ECONÔMICO..... 39

1.1 Direito e Economia 39
1.2 Direito Econômico 60
1.3 Direito Internacional Econômico 70
1.4 Direito Internacional Econômico e outros ramos científicos correlatos 77
1.4.1 Direito Internacional Econômico e Direito Internacional Público 77
1.4.2 Direito Internacional Econômico e Direito Comparado 78
1.4.3 Direito Internacional Econômico e Direito Internacional Privado 79
1.4.4 Direito Internacional Econômico e economia internacional..... 79

CAPÍTULO 2

SOCIEDADE INTERNACIONAL ECONÔMICA 83

2.1 Sociedade e comunidade 83
2.2 A sociedade internacional clássica e sua evolução 94
2.3 O instituto do tratado internacional como fundamento jurídico do

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

Direito Internacional: evolução e influência sobre a sociedade econômica internacional 102
2.4 Sociedade internacional econômica 123
2.5 Ordem internacional 126
2.5.1 Ordem pública e ordem jurídica 126
2.5.2 Ordem internacional econômica 141

CAPÍTULO 3

FONTES DO DIREITO INTERNACIONAL ECONÔMICO 147

3.1 Considerações iniciais sobre as fontes do Direito 147
3.2 As fontes do Direito Internacional Econômico 150
3.2.1 Especificidades 150
3.2.2 Tratados internacionais no âmbito do Direito Internacional Econômico 155
3.2.3 O costume internacional no Direito Internacional Econômico..... 160
3.2.4 Princípios gerais do Direito e princípios informativos do Direito Internacional Econômico 166
3.2.4.1 Princípios gerais do Direito 166
3.2.4.2 Princípios fundamentais do Direito Internacional Econômico 168
3.2.4.2.1 Princípio da soberania econômica 171
3.2.4.2.2 Dever de cooperação 172
3.2.4.2.3 Princípio da soberania permanente sobre os recursos naturais 174
3.2.4.2.4 Direito ao desenvolvimento econômico 183
3.2.5 Jurisprudência estatal e arbitral e a questão do Investimento Estrangeiro Direto - IED (*Foreign Direct Investment - FDI*)..... 185
3.2.6 Doutrina 207
3.2.7 Atos unilaterais dos Estados 212
3.2.8 Atos unilaterais das organizações internacionais 213
3.2.9 Códigos de Conduta 217
3.2.10 *Soft law* e outras fontes 221
3.2.11 Direito Nacional como fonte do Direito Internacional Econômico 223

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

CAPÍTULO 4

ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS. CONCEITO, CARACTERÍSTICAS E CLASSIFICAÇÃO 226

4.1 Origem das organizações internacionais e sua importância para a sociedade econômica internacional 226
4.2 Tentativas de definição de organização internacional 241
4.3 Características das organizações internacionais 245
4.4 Classificação das organizações internacionais 256
4.5 Criação, personalidade jurídica, atuação das organizações internacionais 264
4.5.1 Generalidades 264
4.5.2 Criação das organizações internacionais: o tratado constitutivo 265
4.5.3 Da personalidade jurídica das organizações internacionais 269
4.5.4 A participação nas organizações internacionais 279
4.5.4.1 Os sujeitos de Direito Internacional e os tratados constitutivos das organizações internacionais 279
4.5.4.2 A admissão das organizações internacionais em outras organizações 282
4.5.5 Sucessão entre organizações internacionais 283
4.6 Estrutura institucional e funcionamento das organizações internacionais 289
4.6.1 Os órgãos das organizações internacionais 289
4.6.1.1 Generalidades 289
4.6.1.2 Os órgãos plenários 291
4.6.1.3 Os órgãos restritos 291
4.6.1.4 Os órgãos administrativos 292
4.6.1.5 Os órgãos subsidiários 294
4.6.1.6 Os órgãos jurisdicionais 295
4.6.1.6.1 Generalidades 295
4.6.1.6.2 Tribunais judiciais internacionais: a Corte Internacional de Justiça - CIJ, o Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias - TJCE e o Órgão de Solução de Controvérsias - OSC da Organização Mundial do Comércio - OMC 299
4.6.1.6.3 Tribunais administrativos internacionais 304
4.6.1.7 Os organismos especializados das Nações Unidas 309

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

4.7 A ordem jurídica interna das organizações internacionais e o Direito Internacional 311
4.7.1 A existência de uma ordem jurídica própria das organizações internacionais 311
4.7.2 A relação entre a ordem jurídica das organizações internacionais e o Direito Internacional 315
4.7.3 As fontes da ordem jurídica das organizações internacionais 317
4.8 A produção normativa das organizações internacionais 320
4.8.1 Organizações internacionais e norma jurídica 320
4.8.2 Poder normativo das organizações internacionais 322
4.8.3 Os instrumentos normativos elaborados pelas organizações internacionais 325
4.8.3.1 Decisões e resoluções 327
4.8.3.2 Recomendações 329
4.8.3.3 Convenções 331
4.8.3.4 Normas técnicas 332
4.8.3.5 Atos concertados 332
4.8.3.6 Decisões e pareceres consultivos da Corte Internacional de Justiça 333
4.9 As atividades das organizações internacionais 334
4.9.1 Observações preliminares 334
4.9.2 O sistema das Nações Unidas e suas características 335
4.9.3 Supervisão 337
4.9.4 Sanções aplicáveis 359
4.9.5 Cooperação e assistência técnica 340
4.9.6 A manutenção da paz e da segurança internacionais: da atividade individual dos Estados à atuação conjunta das organizações internacionais 342
4.9.6.1 A guerra, a paz e a segurança internacional 342
4.9.6.2 Segurança coletiva: evitar a guerra, assegurar a paz 346
4.9.6.2.1 As operações de manutenção da paz da ONU 346
4.9.6.2.2 Atuação em casos de catástrofes 351
4.9.6.3 A questão dos refugiados 353
4.10 Responsabilidade internacional das organizações internacionais 360
4.10.1 Generalidades 360
4.10.2 Fundamento teórico da responsabilidade das organizações internacionais 362
4.11 A capacidade para concluir tratados das organizações internacionais 370
4.11.1 Posição do problema 370

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

4.11.2 Temas relevantes sobre a capacidade de as organizações internacionais concluírem tratados 379
4.12 As principais organizações da sociedade econômica internacional .. 384

CAPÍTULO 5

A ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO – OMC..... 386

5.1 Do GATT à OMC: uma evolução em sintonia com a reconfiguração da ordem econômica mundial 386
5.1.1 Da criação do GATT ao nascimento da OMC: negociações posteriores e modificações do sistema..... 386
5.1.2 A forte oposição dos países menos desenvolvidos e seu estatuto no GATT e na OMC 386
5.2 Estrutura da Organização Mundial do Comércio e atribuições de seus órgãos..... 409
5.3 Natureza jurídica da OMC e classificação da Organização..... 416
5.3.1 Sobre a natureza jurídica..... 416
5.3.2 Classificação da OMC 423
5.4 Direito Material e Direito Processual aplicados pelo Órgão de Solução de Controvérsias - OSC 426
5.4.1 Introdução. Antecedentes do sistema atual 426
5.4.2 Direito Material 429
5.4.3 Direito Processual..... 433
5.5 Efeitos jurídicos da adoção do relatório pelo Órgão de Solução de Controvérsias - OSC 459
5.5.1 Considerações sobre o Relatório Final..... 459
5.5.2 As recomendações e as decisões: obrigações de cumprimento absolutamente cogente, facultativo ou alternativo?..... 462
5.5.3 Relação entre o Direito Material da Organização Mundial do Comércio, os relatórios adotados pelo Órgão de Solução de Controvérsias e a Ordem Jurídica da Comunidade Europeia 471
5.6 Princípios processuais informativos do Sistema de Solução de Controvérsias..... 480
5.6.1 Princípio e Norma Jurídica..... 480
5.6.2 Princípios gerais do Direito 487
5.6.3 Demais princípios processuais invocados/aplicados perante o OSC . 494

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

CAPÍTULO 6

O FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL – FMI 496

6.1 Criação do FMI 496
6.2 O desempenho das funções do FMI 500
6.2.1 A supervisão do FMI 500
6.2.2 Empréstimos do FMI 503
6.2.3 Assistência técnica do FMI 508

CAPÍTULO 7

O GRUPO BANCO MUNDIAL 511

7.1 Criação do Banco Mundial e sua missão 511
7.2 As instituições do Banco Mundial 512
7.2.1 O Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento – BIRD 513
7.2.2 A Corporação Internacional para as Finanças – CIF 517
7.2.3 A Associação Internacional para o Desenvolvimento – AID 521
7.2.4 A Agência Multilateral para Garantia de Investimentos – AMGI .. 524
7.2.5 O Centro Internacional para a Solução de Controvérsias sobre Investimentos – CISCI (ICSID) 529

CAPÍTULO 8

INTEGRAÇÃO ECONÔMICA REGIONAL 539

8.1 Razões para a integração econômica regional 539
8.2 Organizações regionais 543
8.2.1 Noção de organização internacional regional 543
8.2.2 Europa 545
8.2.2.1 A organização de integração regional mais bem-estruturada: União Europeia – UE 545
8.2.2.2 *European Free Trade Area* – EFTA 561

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

8.2.3 Américas 564
8.2.3.1 Antecedentes históricos 564
8.2.3.2 Associação Latino-Americana de Livre Comércio - ALALC .. 567
8.2.3.3 Associação Latino-Americana de Integração - ALADI 569
8.2.3.4 Outros mecanismos de integração: o CECLA e o SELA 573
8.2.3.5 Comunidade Andina das Nações - CAN 573
8.2.3.6 MERCOSUL 575
8.2.3.6.1 Breve histórico, análise da situação política e econômica e estrutura 575
8.2.3.6.2 Solução de controvérsias no MERCOSUL 585
8.2.3.6.3 Os laudos arbitrais 596
8.2.3.7 NAFTA 599
8.2.3.8 América Central Continental: ODECA, SICA e MCCA 610
8.2.3.9 América Central Insular: CARICOM 612
8.2.3.10 Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID 613
8.2.4 Ásia 615
8.2.4.1 *Association of Southeast Asian Nations* - ASEAN 616
8.2.4.2 *Asia-Pacific Economic Cooperation* - APEC 621
8.2.4.3 *South Asian Association for Regional Cooperation* - SAARC.. 623
8.2.5 Oceania 625
8.2.5.1 Banco Asiático de Desenvolvimento - BAD 625
8.2.5.2 Organização de Cooperação Econômica - OCE 626
8.2.5.3 Comissão do Pacífico Sul - CPS (*South Pacific Commission* - SPC) 627
8.2.5.4 Foro do Pacífico Sul - FPS 629
8.2.6 Países Árabes 630
8.2.6.1 Liga dos Estados Árabes 631
8.2.6.2 Organização da Conferência Islâmica 635
8.2.6.3 Conselho de Cooperação entre os Estados Árabes do Golfo - CCG 638
8.2 6.4 Outras entidades e instrumentos jurídicos de caráter econômico--comercial 640
8.2.7 África 642
8.2.7.1 Um vasto Continente - um lento e complexo desenvolvimento. 642
8.2.7.2 O Conselho do Entendimento 651
8.2.7.3 A União Africana - UA 653

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

8.2.7.4 A Comunidade Econômica Africana - CEA 660
8.2.7.5 As organizações do Norte da África: a União do Maghreb Árabe - UMA 664
8.2.7.6 Organizações da África Ocidental 666
8.2.7.6.1 A Comunidade Econômica da África Ocidental - CEAO 666
8.2.7.6.2 A Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental - CEEAO 667
8.2.7.6.3 A União Monetária do Oeste Africano - UMOA e a União Econômica e Monetária do Oeste Africano - UEMOA 670
8.2.7.7 Organizações da África Central 673
8.2.7.7.1 A União Aduaneira e Econômica da África Central - UDEAC 673
8.2.7.7.2 A Comunidade Econômica dos Estados Centro-Africanos - CEECA 676
8.2.7.7.3 A União Monetária da África Central - UMAC 678
8.2.7.8 Organizações da África Oriental e Austral 679
8.2.7.8.1 O Mercado Comum da África Central e Oriental - MCACO . 679
8.2.7.8.2 Comunidade Econômica dos Países dos Grandes Lagos - CEPGL 679
8.2.7.8.3 A Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento - AIGD do Leste Africano 683
8.2.7.9 Bancos de desenvolvimento criados no Continente Africano ... 683
8.2.7.9.1 O Banco Africano de Desenvolvimento - B.Af.D 683
8.2.7.9.2 O Banco dos Estados da África Central - BEAC 685
8.2.7.9.3 O Banco para o Desenvolvimento dos Estados da África Central - BDAC 686
8.2.7.9.4 O Banco para o Desenvolvimento da África Oriental - BDAO 686
8.2.7.10 Instituições destinadas a regulamentar bacias fluviais e espaços marinhos 687
8.2.7.10.1 A Autoridade da Bacia do Níger - ABN 687
8.2.7.10.2 A União do Rio Mano - URM 688
8.2.7.10.3 A Organização para o Desenvolvimento do rio Senegal - ODS 689
8.2.7.10.4 A Organização Conjunta para o Desenvolvimento da Bacia do Rio Gâmbia - OCDBRG 691
8.2.7.10.5 A Comissão do Golfo da Guiné - CGG 692
8.2.7.10.6 A Comissão da Bacia do Lago Tchad - CBLT 692
8.2.7.10.7 Comissão do Oceano Índico - COI 692

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

CAPÍTULO 9

OUTRAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS ATUANTES NA ORDEM INTERNACIONAL ECONÔMICA 694

9.1 Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico - OCDE 694
9.2 Banco Europeu para a Reconstrução e Desenvolvimento - BERD.... 698
9.3 Banco Europeu de Investimentos - BEI 699
9.4 Banco Central Europeu - BCE 702
9.4.1 História do BCE 702
9.4.2 Missão, funcionamento e operações 706
9.4.2.1 Funções do *Eurosystem* 710
9.5 Órgãos das organizações internacionais 713
9.5.1 Generalidades 713
9.5.2 Órgãos subsidiários das organizações internacionais de atuação na sociedade internacional econômica 715
9.5.2.1 Posição do problema 715
9.5.2.2 Criação de órgãos subsidiários no âmbito da Nova Ordem Econômica Internacional 719
9.5.2.3 Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento - CNUCED (UNCTAD) 721
9.5.2.4 Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD. 726
9.5.2.4.1 O PNUD no Brasil 728
9.5.2.5 Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial - ONUDI 734
9.5.2.6 Escritório das Nações Unidas para Serviços de Projetos - ENUSP 738

CAPÍTULO 10

EMPRESAS TRANSNACIONAIS — TNCs 742

10.1 Surgimento das empresas transnacionais 742
10.2 Empresa transnacional - conceito e tipologia 758
10.3 Empresa transnacional e Direito Internacional 774
10.4 Empresa transnacional como sujeito de direitos na sociedade internacional 783

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

10.5. O macroambiente político-institucional internacional a partir do final da Segunda Guerra Mundial: da liberdade à regulamentação 801

Referências 809

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br